

Ao Banco Central do Brasil,

CARTA DE APRESENTAÇÃO

A **Integração de Crédito e Cobrança Sociedade de Crédito Direto S.A.** inscrita no CNPJ/MF sob o nº **51.118.615/0001-58**, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social, apresenta por meio desta, as Demonstrações contábeis para **o exercício e semestre findo em 31 de dezembro de 2024**, e os esclarecimentos requeridos conforme disposto na Instrução Normativa BCB nº 236, de 11 de setembro de 2024.

1. Encontram-se em arquivo anexo os seguintes documentos:

- Relatório da Administração;
- Relatório dos Auditores Independentes;
- Balanço Patrimonial;
- Demonstração do Resultado;
- Demonstração do Resultado Abrangente;
- Demonstração dos Fluxos de Caixa – Método Indireto;
- Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido;
- Notas Explicativas às Demonstrações contábeis.

2. Informamos que as Demonstrações contábeis acima mencionadas foram publicadas no dia **31 de março de 2025** no sítio eletrônico: www.iccsd.com.br.

3. Por fim cumpre salientar que a alta administração da **Integração de Crédito e Cobrança Sociedade de Crédito Direto S.A.** é responsável pelo conteúdo dos documentos contidos neste arquivo, e, por consequência, pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de Demonstrações contábeis livres de distorções.

Atenciosamente,

Ricardo Laurence Tadeu Barletti
Sócio Administrador
CPF 183.473.858-07

Paulo Victor Tisse Fritz
Contador
CRC RJ1092300



**Integração de Crédito e Cobrança Sociedade de Crédito Direto S.A.
RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO**

Em cumprimento às disposições legais, submetemos à apreciação de V.Sas. as demonstrações contábeis da Integração de Crédito e Cobrança Sociedade de Crédito Direto S.A., acompanhadas das notas explicativas e do relatório do auditor independente, correspondentes ao Exercício e semestre findos em 31 de dezembro 2024.

No semestre findo em 31 de dezembro de 2024, a Sociedade apresentou resultado negativo de R\$ 12 mil, substancialmente, proveniente de gastos com implantação de infraestrutura para tornar a empresa apta a aumentar seu volume de operações.

Gerenciamentos de Riscos e de Capital: em cumprimento às disposições regulatórias dispostas nas Resoluções números 4.557/17 e 4.968/21, publicadas pelo Conselho Monetário Nacional – CMN, a Sociedade mantém uma estrutura de gerenciamento de riscos e gestão de capital.

Em 31 de dezembro de 2024 os limites operacionais da Sociedade, apresentaram níveis adequados e suficientes, sendo compatíveis com a natureza de suas operações.

A DIRETORIA
Ricardo Laurence Tadeu Barletti



Demonstrações Contábeis

INTEGRACAO DE CRÉDITO E COBRANÇA SOCIEDADE
DE CRÉDITO DIRETO S.A.
CNPJ 51.118.615/0001-58

Demonstrações contábeis

Exercício e semestre findos em 31 de dezembro de 2024



INTEGRACAO DE CRÉDITO E COBRANÇA SOCIEDADE DE CRÉDITO DIRETO S.A.

Demonstrações Contábeis

Exercício e semestre findos em 31 de dezembro de 2024.

Índice

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis.....	1
Demonstrações contábeis auditadas	
Balço patrimonial	8
Demonstração do resultado.	9
Demonstração do resultado abrangente..	10
Demonstração das mutações do patrimônio líquido.....	11
Demonstração do fluxo de caixa	12
Notas explicativas às demonstrações contábeis	13



RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos

Acionistas e Administradores da
INTEGRACAO DE CRÉDITO E COBRANÇA SOCIEDADE DE CRÉDITO
DIRETO S.A.
São Paulo – SP

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Integração de Crédito e Cobrança Sociedade de Crédito Direto S.A. (“Sociedade”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o exercício e semestre findos nessa data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Em nossa opinião as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Integração de Crédito e Cobrança Sociedade de Crédito Direto S.A. em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício e semestre findos nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis. Somos independentes em relação à Sociedade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros assuntos

Examinamos as demonstrações contábeis da Sociedade relativas ao semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2023 e emitimos nosso relatório em 16 de abril de 2024, sem modificações. Também examinamos as demonstrações contábeis da Sociedade relativas ao semestre findo em 30 de junho de 2024 e emitimos nosso relatório em 30 de agosto de 2024, sem modificações



Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A Administração da Sociedade é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Sociedade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Sociedade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Sociedade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

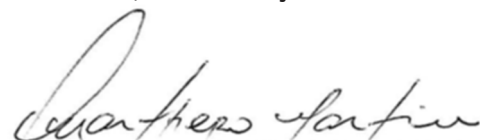
Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de

auditoria, exercemos julgamento profissional, e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- . Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- . Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Sociedade.
- . Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- . Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Sociedade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Sociedade a não mais se manter em continuidade operacional.
- . Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 27 de março de 2025.

A handwritten signature in black ink, appearing to read 'Vagner Quartero Martim', written over a horizontal line.

Vagner Quartero Martim

Sócio contador - CRC 1SP164.984/O-6

YPC Auditun S Auditoria Independente S/S

CRC 2SP034.906/O-3

INTEGRACAO DE CRÉDITO E COBRANCA SOCIEDADE DE CREDITO DIRETO SA

Balanco patrimonial para exercicios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em reais, exceto quando indicado de outra forma)

Ativo

Circulante

	<u>Nota</u>	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Disponibilidades	3	1.460.274	1.357.183
Adiantamento		9.929	-
Tributos a Recuperar / Compensar		-	-
Total do ativo circulante		1.470.204	1.357.183

Não circulante

Empréstimos a Receber	4	125.636	197.571
Total do ativo não circulante		125.636	197.571

Total do ativo		1.595.839	1.554.754
-----------------------	--	------------------	------------------

Passivo e patrimônio líquido

Nota

Passivo a Patrimônio Líquido

Circulante

Contas a pagar		(5.853)	(1.428)
Dividendos a pagar		-	(10.934)
Obrigações tributárias		(2.405)	(7.346)
Total do passivo circulante		(8.258)	(19.648)

Não Circulante

Adiantamento para futuro aumento de capital		(829)	-
Total do passivo não circulante		(829)	-

Patrimônio líquido

Capital social	5	(1.500.000)	(1.500.000)
Reserva Legal		(4.338)	(2.302)
Reserva de Lucros		(82.414)	(32.804)
Total do patrimônio líquido		(1.586.753)	(1.535.106)

Total do passivo e patrimônio líquido		(1.595.839)	(1.554.754)
--	--	--------------------	--------------------

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis

INTEGRAÇÃO DE CRÉDITO E COBRANÇA SOCIEDADE DE CRÉDITO DIRETO S.A.

Demonstração do Resultado

Semestre findo em 31 de dezembro de 2024 e exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota	Semestre findo em 31/12/2024	Exercício findo em 31/12/2024	Exercício findo em 31/12/2023 (reclassificado)
Receita de Intermediação Financeira		33.692	74.565	65.319
Operações de Créditos	6	33.692	74.565	65.319
Despesa de Intermediação Financeira		-	-	-
Resultado Bruto		33.692	74.565	65.319
Outras Receitas/Despesas Operacionais		(39.918)	(12.300)	(4.428)
Despesas Operacionais	7	(80.843)	(121.518)	(2.306)
Despesas Tributárias		(4.104)	(4.865)	-
Despesa financeira	8	(27.647)	(29.363)	(2.122)
Receita Financeira	8	71.415	142.186	
Outras Receitas		1.260	1.260	
Resultado operacional		(6.226)	62.266	60.891
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social		(6.226)	62.266	60.891
Imposto de Renda	9	(3.938)	(13.941)	(9.282)
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido		(1.610)	(7.612)	(5.569)
Lucro líquido (prejuízo) de semestre/ exercício		(11.774)	40.712	46.040
Ações no final do semestre/exercício		1.500.000	1.500.000	1.500.000
Lucro líquido (prejuízo) por ação do capital social no fim do semestre - em Reais		(0,01)	0,03	0,03

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

INTEGRACAO DE CRÉDITO E COBRANCA SOCIEDADE DE CREDITO DIRETO S.A.

Demonstração do Resultado Abrangente

Semestre findo em 31 de dezembro de 2024 e exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Semestre findo em 31/12/2024	Exercício findo em 31/12/2024	Exercício findo em 31/12/2023
Lucro /Prejuízo do semestre/exercício	(11.774)	40.712	46.040
Outros resultados abrangentes	-	-	-
Ajustes que serão transferidos para resultado	-	-	-
Ajustes que não serão transferidos para resultado	-	-	-
Resultado abrangente do semestre/exercício	(11.774)	40.712	46.040

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

INTEGRACAO DE CRÉDITO E COBRANCA SOCIEDADE DE CREDITO DIRETO S.A.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido

Semestre findo em 31 de dezembro de 2024 e exercicios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Capital Social Subscrito	Capital Sociaç a integralizar	Reserva legal	Lucro (Prejuízos) Acumulados	Total
Saldo em 01 de Janeiro de 2023					
Saldo em 30/06/2023	1.500.000	(1.500.000)			
Integralização de capital		1.500.000			1.500.000
Constituição de reserva			2.302	(2.302)	-
Lucro líquido do semestre				46.040	46.040
Dividendos propostos				(10.934)	(10.934)
Saldos em 31 de dezembro de 2023	1.500.000	-	2.302	32.804	1.535.106
Reversão Constituição de reserva			(2.302)	2.302	-
Lucro líquido do semestre				52.486	52.486
Reversão de dividendos propostos				10.934	10.934
Saldo em de 30 de junho de 2024	1.500.000	-	-	98.526	1.598.526
Prejuizo do semestre				(11.774)	(11.774)
Reversão Constituição de reserva			2.302	(2.302)	-
Constituição de reserva			2.036	(2.036)	-
Saldo em de 31 de dezembro de 2024	1.500.000	-	4.338	82.414	1.586.752
Saldos em 31 de dezembro de 2023	1.500.000	-	2.302	32.804	1.535.106
Reversão Constituição de reserva			2.036	(2.036)	-
Lucro líquido do exercício				40.712	40.712
Reversão de dividendos propostos				10.934	10.934
Saldo em de 31 de dezembro de 2024	1.500.000	-	4.338	82.414	1.586.752

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

INTEGRAÇÃO DE CRÉDITO E COBRANÇA SOCIEDADE DE CRÉDITO DIRETO S.A.

Demonstração dos fluxos de caixa

Semestre findo em 31 de dezembro de 2024 e exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Semestre findo em 01/07/2024	Exercício findo em 31/12/2024	Exercício findo em 31/12/2023
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Lucro Líquido (Prejuízo) do Semestre/Exercício	(11.774)	40.712	46.040
Provisão de impostos sobre o resultado	5.519	21.553	14.851
	(6.255)	62.266	60.891
Variações Atividade Operacionais	(2.967)	(13.848)	993
Provisão para operação de créditos liquidação duvidosa	176	360	993
Imposto de renda e contribuição social pagos	(3.143)	(14.208)	
Variações no ativo e passivo	38.943	54.673	(204.701)
(Aumento) redução em instrumentos financeiros ativos	35.142	71.575	(197.571)
(Aumento) redução em outros ativos	5.456	(9.929)	
Aumento (redução) em outros passivos	(1.655)	3.961	1.584
Dividendos e Bonificações a pagar		(10.934)	(8.714)
(=) Caixa Líquido proveniente das atividades operacionais	29.721	40.825	(142.817)
Fluxo de caixa das atividades de investimentos			
Recebimentos pela integralização de capital			
(=) Caixa Líquido das atividades de investimentos	-	-	1.500.000
(=) Caixa Líquido aplicado nas atividades de financiamento	-	-	-
Aumento líquido ao Caixa e equivalentes de caixa	29.721	103.091	1.357.183
Caixa e equivalente de caixa no início do semestre/exercício	1.430.553	1.357.183	-
Caixa e equivalente de caixa no final do semestre/exercício	1.460.274	1.460.274	1.357.183
Aumento de caixa e equivalentes de caixa	29.721	103.091	1.357.183

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

1. Contexto operacional

A INTEGRACAO DE CRÉDITO E COBRANÇA SOCIEDADE DE CRÉDITO DIRETO S.A. (“SCD”) é uma Sociedade por ações de Crédito Direto, fundada em 01/09/2022 e com prazo de duração indeterminado, com sede na rua Simão Dias da Fonseca, 56 bairro do Cambuci, CEP 01539-020 na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo.

O objeto é a prática de operações de empréstimo, de financiamentos e de aquisição de direitos creditórios exclusivamente por meio de plataforma eletrônica, com utilização de recursos financeiros que tenham como única origem capital próprio; e a prestação de serviços de análise de crédito e cobrança, bem como atuação como representante na distribuição de seguros relacionados às operações.

2. Resumo das principais práticas contábeis

As demonstrações contábeis foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP), e os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e em conformidade com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN).

As demonstrações contábeis foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor (exceto quando exigido critério diferente) e ajustadas para refletir a avaliação de ativos e passivos mensurados a valor justo ou considerando a marcação a mercado, quando tais avaliações são exigidas pelas IFRS.

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações contábeis estão definidas abaixo. Essas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.

As demonstrações contábeis, incluindo as notas explicativas, são de responsabilidade da Administração, e foram aprovadas em 21 de março de 2025.

2.1. Base de preparação

As demonstrações contábeis foram elaboradas com apoio em diversas bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações contábeis foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações contábeis. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a seleção de vidas úteis dos ativos imobilizado e de sua recuperabilidade nas operações, assim como da análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para contingências. Os instrumentos financeiros ativos e passivos estão registrados pelos seus valores justos ao resultado financeiro do exercício.

A Sociedade revisa suas estimativas e premissas pelo menos anualmente.

2.1.1 Classificação corrente versus não corrente

A Sociedade apresenta ativos e passivos no balanço patrimonial com base na sua classificação como circulante ou não circulante. Um ativo é classificado no circulante quando:

- Espera-se que seja realizado ou pretende-se que seja vendido ou consumido no decurso normal do ciclo operacional da entidade;
- Está mantido essencialmente com o propósito de ser negociado;
- Espera-se que seja realizado até 06 meses após a data do balanço;
- É caixa ou equivalente de caixa (conforme definido no Pronunciamento Técnico CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa), a menos que sua troca ou uso para liquidação de passivo se encontre vedada durante pelo menos 06 meses após a data do balanço.

Todos os demais ativos são classificados como não circulantes.

Um passivo é classificado no circulante quando:

- Espera-se que seja liquidado durante o ciclo operacional normal da entidade;
- Está mantido essencialmente para a finalidade de ser negociado;
- Deve ser liquidado no período de até 06 meses após a data do balanço e a entidade não tem direito incondicional de diferir a liquidação do passivo durante pelo menos 06 meses após a data do balanço;
- Os termos de um passivo que podem, à opção da contraparte, resultar na sua liquidação por meio da emissão de instrumentos patrimoniais não afetam a sua classificação.

A Sociedade classifica todos os demais passivos no não circulante.

2.2. Instrumentos financeiros

As políticas contábeis descritas a seguir foram aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações contábeis.

(a) Ativos financeiros - classificação

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado ao: (i) custo amortizado (“CA”); (ii) valor justo por meio de outros resultados abrangentes (“VJORA”); ou (iii) valor justo por meio do resultado (“VJR”).

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se satisfizer ambas as condições a seguir: (i) o ativo é mantido dentro de um modelo de negócios com o objetivo de coletar fluxos de caixa contratuais; e (ii) os termos contratuais do ativo financeiro dão origem, em datas específicas, aos fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e de juros sobre o valor principal em aberto.

Um ativo financeiro é mensurado no VJR somente se satisfizer ambas as condições a seguir: (i) o ativo é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é alcançado tanto pela coleta de fluxos de caixa contratuais como pela venda de ativos financeiros; e (ii) os termos contratuais do

Notas explicativas às demonstrações contábeis para o exercício e semestre findos em 31 de dezembro de 2024.

(Em reais, exceto quando indicado de outra forma)

ativo financeiro dão origem, em datas específicas, a fluxos de caixa que representam pagamentos de principal e de juros sobre o valor principal em aberto.

Todos os outros ativos financeiros são classificados como mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Adicionalmente, no reconhecimento inicial, a SCD pode, irrevogavelmente, designar um ativo financeiro, que satisfaça os requisitos para ser mensurado ao custo amortizado, ao VJORA ou mesmo ao VJR. Essa designação possui o objetivo de eliminar ou reduzir significativamente um possível descasamento contábil decorrente do resultado produzido pelo respectivo ativo.

(b) Ativos financeiros - reconhecimento e mensuração

As compras e as vendas de ativos financeiros são reconhecidas na data da negociação. Os investimentos são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, acrescidos dos custos da transação para todos os ativos financeiros não classificados como ao valor justo reconhecido no resultado.

Os ativos financeiros ao valor justo reconhecidos no resultado são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo e os custos da transação são debitados à demonstração do resultado no período em que ocorrerem.

O valor justo dos investimentos com cotação pública é baseado no preço atual de compra. Se o mercado de um ativo financeiro não estiver ativo, a SCD estabelece o valor justo por meio de técnicas de avaliação. Essas técnicas incluem o uso de operações recentes contratadas com terceiros, a referência a outros instrumentos que são substancialmente similares, a análise de fluxos de caixa descontados e os modelos de precificação de opções, privilegiando informações de mercado e minimizando o uso de informações geradas pela Administração.

(c) Valor recuperável (impiedamente) de ativos financeiros – ativos mensurados ao custo amortizado

A Sociedade avalia no final de cada exercício se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros esteja deteriorado.

Os critérios utilizados pela Sociedade para determinar se há evidência objetiva de uma perda por impiedamente incluem: (i) dificuldade financeira significativa do emissor ou tomador; (ii) uma quebra de contrato, como inadimplência ou atraso nos pagamentos de juros ou de principal; (III) probabilidade de o devedor declarar falência ou reorganização financeira e (IV) extinção do mercado ativo daquele ativo financeiro em virtude de problemas financeiros.

(d) Desconhecimento (baixa) dos ativos financeiros

Um ativo financeiro ou, quando for o caso, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes é baixado quando:

Notas explicativas às demonstrações contábeis para o exercício e semestre findos em 31 de dezembro de 2024.

(Em reais, exceto quando indicado de outra forma)

- Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expirarem;
- A Sociedade transferiu os seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos, sem demora significativa, a um terceiro por força de um acordo de “repasse”; e
- A Sociedade transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo; ou
- A Sociedade não transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transferiu o controle sobre o ativo.

(e) Passivos financeiros - classificação

Um passivo financeiro é classificado como mensurado pelo valor justo por meio do resultado caso seja definido como mantido para negociação ou designado como tal no momento do seu reconhecimento inicial.

Os custos da transação são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Esses passivos financeiros são mensurados pelo valor justo e eventuais mudanças no valor justo, incluindo ganhos com juros e dividendos, são reconhecidas no resultado do exercício. Os passivos financeiros da SCD, que são inicialmente reconhecidos a valor justo, incluem fornecedores e outras contas a pagar.

(f) Passivos financeiros – mensuração subsequente

Após o reconhecimento inicial, fornecedores e contas a pagar são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetivos.

(g) Compensação de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros são apresentados líquidos no balanço patrimonial se, e somente se, houver um direito legal corrente e executável de compensar os montantes reconhecidos e se houver a intenção de compensação, ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

2.3 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de três meses, ou menos, não existindo restrição em sua utilização e com risco insignificante de mudança de valor.

2.4 Direitos realizáveis

Incluem-se nesta categoria os recebíveis que são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo.

São incluídos como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 06 meses após a data do balanço (estes classificados como ativos não circulantes).

INTEGRAÇÃO DE CRÉDITO E COBRANÇA SOCIEDADE DE CRÉDITO DIRETO S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis para o exercício e semestre findos em 31 de dezembro de 2024.

(Em reais, exceto quando indicado de outra forma)

A provisão para créditos de realização duvidosa é constituída quando existe uma evidência objetiva de que a Sociedade não receberá todos os valores devidos de acordo com as condições originais das contas a receber.

2.5 Passivos circulantes

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano, caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros.

2.6 Outros ativos e passivos

Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da SDC e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço patrimonial quando a SCD possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. São acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias incorridas. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

2.7 Imposto de renda e contribuição social

Durante o exercício de 2024, o regime de tributação é o Lucro Real Trimestral, sistemática regulamentada pelos artigos 218 e 219 do Regulamento do Imposto de Renda (RIR 9.580/2018).

3 Caixa e equivalentes de caixa

	<u>Exercício findo em 31/12/2024</u>	<u>Exercício findo em 31/12/2023</u>
Aplicações financeiras		
Disponibilidades imediatas	1.460.274	1.357.183
	<u>1.460.274</u>	<u>1.357.183</u>

As disponibilidades imediatas correspondem às operações em fundos de investimentos de renda fixa, as quais são realizadas com instituições que operam no mercado financeiro nacional e são contratadas em condições e taxas normais de mercado, tendo como característica alta liquidez, baixo risco.

INTEGRAÇÃO DE CRÉDITO E COBRANÇA SOCIEDADE DE CRÉDITO DIRETO S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis para o exercício e semestre findos em 31 de dezembro de 2024.

(Em reais, exceto quando indicado de outra forma)

4 Empréstimo a Receber

	Exercício findo em 31/12/2024	Exercício findo em 31/12/2023
Credito pessoal consignado	192.473	349.739
(-) Rendas a apropriar	(65.484)	(151.175)
Operações de Credito a Receber	<u>126.989</u>	<u>198.564</u>
PCLD - Prov. Cred. De Liq. Ducidosa	<u>(1.353)</u>	<u>(993)</u>
	125.636	197.571

✓ Taxa média das operações 3,99% e prazo de 60 meses.

5 Capital Social

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023 o montante de capital social totalmente integralizado era de R\$ 1.500.000,00 representados por 1.500.000 ações nominativas, com valor nominal.

6 Receita líquida de serviços	Semestre findo em 31/12/2024	Exercício findo em 31/12/2024	Exercício findo em 31/12/2023
Rendas com Operações de crédito	41.181	85.690	2.276
Receita Financeira Operações	-	-	68.998
PCLD	(2.169)	(359)	(923)
Tributos sobre receita	<u>(5.319)</u>	<u>(10.766)</u>	<u>(5.032)</u>
Receita Líquida	<u>33.692</u>	<u>74.565</u>	<u>65.319</u>

7 Despesas por natureza

	Semestre findo em 31/12/2024	Exercício findo em 31/12/2024	Exercício findo em 31/12/2023
Auditoria e Consultoria	(28.200)	(33.700)	-
Contabilidade	(30.400)	(54.900)	-
Serviço de TI	(14.600)	(20.600)	-
Outras	<u>(7.643)</u>	<u>(12.318)</u>	<u>(2.306)</u>
Despesas gerais	<u>(80.843)</u>	<u>(121.518)</u>	<u>(2.306)</u>

INTEGRAÇÃO DE CRÉDITO E COBRANÇA SOCIEDADE DE CRÉDITO DIRETO S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis para o exercício e semestre findos em 31 de dezembro de 2024.

(Em reais, exceto quando indicado de outra forma)

8 Resultado Financeiro	Semestre findo em 01/07/2024	Exercício findo em 31/12/2024	Exercício findo em 31/12/2023
Rendimento Aplicação Financeira	71.311	141.635	-
Juros/Descontos Ativos	104	551	-
Despesa Bancária	(27.435)	(28.872)	(2.122)
Juros/Descontos Passivos	(211)	(491)	-
Impostos sobre Operações Financeiras - IOF	-	-	-
	43.768	112.823	(2.122)
Despesa financeira	(27.647)	(29.363)	(2.122)
Receita Financeira	71.415	142.186	
Resultado financeiro, líquido	43.768	112.823	(2.122)
9 Imposto de renda e Contribuição Social			
Resultado do semestre/exercício antes do IRPJ e CSLL	(6.226)	62.266	60.891
Base do IRPJ e CSLL	(6.226)	62.266	60.891
Imposto de renda 15% (*)	(5.548)	(20.042)	(14.851)
Contribuição Social 9%	(3.938)	(12.526)	(9.282)
	(1.610)	(7.516)	(5.569)
Aliquota efetiva %	89%	-32%	-24%

10 Gestão de risco financeiro

As atividades da Sociedade a expõe a alguns riscos financeiros: risco de mercado (risco de taxa de juros e risco cambial), risco de crédito, risco de liquidez e risco operacional. O programa de gestão de risco da Sociedade se concentra na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos em seu desempenho financeiro.

A gestão de risco é realizada pela Administração da Sociedade, segundo as políticas aprovadas pelos acionistas. A Administração da Sociedade identifica, avalia e protege a Sociedade contra eventuais riscos financeiros.

(a) Risco de taxa de juros

O risco associado é oriundo da possibilidade de a Sociedade incorrer em perdas por causa de flutuações nas taxas de juros que reduzem o rendimento das aplicações financeiras ou aumentem as despesas financeiras relativas à empréstimos e financiamentos captados no mercado. A sociedade não possui dívidas com instituições financeiras na data base das demonstrações contábeis.

Notas explicativas às demonstrações contábeis para o exercício e semestre findos em 31 de dezembro de 2024.

(Em reais, exceto quando indicado de outra forma)

(b) **Risco cambial**

O risco cambial refere-se ao risco de variação nos custos de contratos vinculados à moeda estrangeira e, portanto, podendo afetar os fluxos de caixa futuros de transações com fornecedores devido à variação nas taxas de câmbio. Não existem valores em aberto com fornecedores em moeda estrangeira em 31 de dezembro de 2024.

(c) **Risco de crédito**

O risco de crédito decorre de caixa e equivalentes de caixa, depósitos em bancos e instituições financeiras, bem como de exposições de crédito a clientes. Para bancos e instituições financeiras, são aceitos somente títulos de entidades consideradas de primeira linha.

O risco de crédito em relação a clientes é minimizado, pois sua operação tem análise de crédito eficaz e convênios com empresas de primeira linha.

(d) **Risco de liquidez**

A previsão de fluxo de caixa é realizada pela Administração da Sociedade.

A Administração monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez da Sociedade para assegurar que ela tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais levando em consideração suas necessidades de caixa a fim de atender à estas demandas operacionais.

(e) **Risco operacional**

Risco operacional é o risco de prejuízos diretos ou indiretos decorrentes de uma variedade de causas associadas a processos, pessoal, tecnologia e infraestrutura da Sociedade e de fatores externos, exceto riscos de crédito, mercado e liquidez, como aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias e de padrões geralmente aceitos de comportamento do mercado. O objetivo da Sociedade é administrar o risco operacional para evitar a ocorrência de prejuízos financeiros e danos à reputação da Sociedade.

(f) **Operações de Crédito**

Na classificação das operações de crédito, pelos diversos títulos contábeis, deve-se ter em conta:

- a) a aplicação dada aos recursos, por tipo ou modalidade de operação;
- b) a atividade predominante do tomador do crédito.

11 Gestão de capital

Os objetivos da Sociedade ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade da Sociedade para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

INTEGRAÇÃO DE CRÉDITO E COBRANÇA SOCIEDADE DE CRÉDITO DIRETO S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis para o exercício e semestre findos em 31 de dezembro de 2024.

(Em reais, exceto quando indicado de outra forma)

A Sociedade apresenta caixa disponível em suficiência para cobrir o pagamento do circulante e não apresenta dívidas de longo prazo.

12. Análise de sensibilidade

A seguir é apresentada a tabela do demonstrativo de análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros que possam gerar impactos significativos para a Sociedade, considerando o pronunciamento técnico CPC 40 (R1) – Instrumentos Financeiros: Evidenciação e os saldos dos principais instrumentos financeiros, convertidos a uma taxa projetada para a liquidação de cada contrato, convertido a valor de mercado (cenário) com apreciação de 25% e 50%.

Com relação aos ativos financeiros atrelados ao CDI, o Cenário I considerou a manutenção do CDI em dezembro de 2024 em 12,5% ao ano.

Instrumento	Indexador	R\$					
		Aplicação Financeira	Cenário 1	Redução de Índice em 25%	Redução de Índice em 50%	Elevação de Índice em 25%	Elevação de Índice em 50%
Aplicações financeiras	CDI	1.460.274	177.423	133.067	88.712	221.779	266.135

13. Eventos subsequentes

Em 24 de fevereiro de 2025, após correspondente autorização do Banco Central do Brasil, foi aprovado em AGE o aumento de capital social para R\$ 5.000.000,00, com correspondente integralização, que será utilizado para ampliação das operações da Sociedade mediante emissão de moeda eletrônica e utilização de PIX.

Ricardo Laurence Tadeu Barletti
Sócio Administrador
CPF 183.473.858-07

Paulo Victor Tisse Fritz
Contador
CRC RJ1092300